



Relato de caso

INATIVIDADE DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ITORORÓ-BAHIA

INACTIVITY OF SYSTEM OF SANITARY EXHAUSTION: A STUDY OF CASE IN THE MUNICIPAL DISTRICT OF ITORORÓ-BAHIA

Resumo

Rosane Maria de Santana Brito Santos¹
Nelma Gusmão de Oliveira²

O trabalho apresenta estudo de caso relacionado à inatividade do Sistema de Esgotamento Sanitário de Itororó-Ba. Considerando a existência de um sistema de esgotamento sanitário, entregue à Prefeitura Municipal dessa cidade no ano de 1996, onde foi investida por parte do Governo do Estado da Bahia a quantia um milhão de dólares, e que hoje se encontra em completa inatividade, esta pesquisa objetiva compreender a atitude dos formadores de opinião do município de Itororó diante da poluição do Rio Colônia por resíduos líquidos devidos à inoperância do sistema,. A metodologia utilizada tem uma ênfase quali-quantitativa onde foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, com formadores de opinião do município divididos em dois grupos, lideranças comunitárias e representantes do poder público. Além disso, foram realizadas entrevistas abertas com os responsáveis diretos pelo funcionamento do sistema, análise documental e observação direta ao sistema e área afetada. Os dados foram coletados no mês de janeiro do ano de 2006. Os resultados demonstram interesse da comunidade pela reativação do sistema, porém, não se percebe nenhuma ação concreta nessa direção, comprovando que há uma grande distância entre a boa intenção ambiental e o gesto concreto comprometendo a saúde da população.

Palavras-chave: comunidade, esgotamento sanitário, saúde.

Abstract

The work presents study of case related to the Sanitary Drainage System's inactivity in Itororó city. Considering the existence of a Sanitary Drainage System, delivered to the Municipal City Hall in 1996, where the amount of one million dollars was invested through Bahia's Government and today it is in complete inactivity, this research aims to understand the municipal managers' attitude in presence of the Colônia River's pollution caused for liquid residues that comes from the system's inactivity. The used methodology has a quali-quantitative emphasis, which half-structured interviews were realized with municipal managers divided in two groups, communitarian leaderships and power public's representatives. Besides, opened interviews with the direct observation to the system and affected area were realized. The data have been collected in January 2006. The results demonstrate the

Rev. Saúde.Com 2008; 4(1): 85-94.

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Itapetinga – BA – Brasil

²Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Salvador – MG – Brasil

E-mail
rosema@hotmaill.com

community's interest for the system's reactivation, however, it doesn't perceive concrete action in this direction, proving that there is a great distance between the good ambient intention and concret motion compromising the population's health.

Key words: community, sanitary exhaustion, health.

Introdução

A preocupação do homem em garantir as condições de sobrevivência, não só da espécie humana, como do próprio planeta Terra o tem conduzido cada vez mais à busca da harmonia com a natureza e de estabelecer um meio ambiente ecologicamente equilibrado e sadio.

A Constituição Federal Brasileira¹ revela a importância do meio ambiente em seu artigo 255 “*Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*”.

Dentro desse contexto global, a Universidade Estadual Santa Cruz – UESC (1996), temendo pelo futuro do principal manancial da região, lançou o programa Pró-Bacia do rio Cachoeira, com o propósito de recuperar a sua qualidade ambiental. A recuperação do Rio Colônia, um dos formadores da referida bacia e o mais importante recurso hídrico do município de Itororó, constitui-se como um dos objetos desse programa.

Situado na região sudoeste do Estado da Bahia, a 532 km de Salvador e tendo uma superfície de 331 km² (IBGE²), o município de Itororó tem seu relevo constituído de planaltos, planícies e pequenas depressões. O clima é tropical semi-úmido, a vegetação é continuidade da Mata Atlântica. Possui uma temperatura média de 25°C com uma população estimada em 2005 de 19.354 habitantes (IBGE).

Nesta pesquisa foram desenvolvidos estudos voltados à situação de inatividade do sistema de esgotamento sanitário desse município de Itororó, objetivando detectar se os formadores de opinião do município têm consciência da necessidade de preservação do Rio Colônia, tendo a água, como elemento básico e indispensável para o futuro da humanidade.

Os projetos de esgotamento sanitário, quando corretamente executados, têm a finalidade de minimizar os efeitos do lançamento do esgoto *in natura* sobre o ambiente, possibilitando a redução dos índices de doenças e de perigo a saúde da população, a melhoria de qualidade das águas e o aumento dos benefícios dessas águas para os diversos usos.

No município de Itororó, que historicamente sempre teve seus esgotos jogados *in natura* nas águas do rio Colônia, foi construída uma estação de tratamento de esgoto, no ano de 1996, objetivando reduzir os impactos desses resíduos sobre o rio. Através de recursos do Governo do Estado da Bahia, a obra foi executada pela CERB (Companhia de Engenharia Rural da Bahia), com custo estimado de um milhão de dólares. Dentre as estações de

tratamento construídas por essa empresa no período, essa foi a que envolveu maior volume de recursos, proporcionalmente à população beneficiada³.

O sistema foi implantado da seguinte forma: rede de coleta e transporte de esgoto, estação elevatória, estação de tratamento (lagoa de estabilização), estrutura de lançamento de esgoto tratado para o rio. Desde sua construção, o sistema não funciona adequadamente e hoje encontra-se em total inatividade. O poder público municipal argumenta que houve um erro projetual. Alegando que não tem condições financeiras de manter ativo o sistema e que a comunidade local não aceita pagar taxa de esgoto nas contas de água, a Prefeitura Municipal de Itororó vem mantendo o sistema inativo e o mais importante recurso hídrico do município, o rio Colônia, vem sendo transformado em esgoto a céu aberto.

Os Investimentos em saneamento, principalmente no tratamento de esgoto evita o comprometimento dos recursos hídricos, conduzindo à redução da incidência de doenças e, conseqüentemente, das internações hospitalares.

Embora o termo qualidade de vida aceite conotações muito amplas e subjetivas, estando condicionado, em algum momento, a juízos de valor que podem ser determinados por meio de critérios e preferências de cada indivíduo; quando se fala em bem-estar social e outros aspectos que se referem às condições gerais da vida individual e coletiva (como habitação, saúde, educação, cultura, lazer e alimentação), sente-se o imenso incômodo trazido pela lembrança do que, a maioria da população não tem acesso ao que seria, verdadeiramente, qualidade de vida.

*A qualidade de vida não só soma à satisfação de necessidades básicas as aspirações culturais, mas as amalgama num processo complexo e multidimensional. A qualidade de vida abre uma perspectiva para pensar a equidade social no sentido da diversidade ecológica e cultural. (...) A qualidade de vida se estabelece através de um processo de reapropriação das condições de vida da população em relação com suas necessidades e seus valores subjetivos. Os valores culturais intervêm como mediadores das necessidades básicas e da qualidade de vida da população. Assim a qualidade de vida se converte no valor fundamental que orienta o desenvolvimento de cada comunidade e o projeto de vida de cada pessoa.*⁴

Se a saúde não se constitui em condição suficiente para uma boa qualidade de vida, ela se constitui em uma condição absolutamente necessária. É completamente impossível imaginar qualidade de vida sem saúde.

Considerando o grau de importância que o saneamento representa e a imensa contribuição que pode agregar no equilíbrio dos ecossistemas natural e urbano, torna-se imprescindível que as políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida enfrentem esse problema, principalmente nos centros urbanos.

Diante de tal situação, qual a postura dos formadores de opinião da cidade? Qual o seu discurso e qual a sua atitude prática? Existe, de fato algum interesse em se buscar soluções para a resolução do problema?

Foi buscando respostas para estas e outras questões que se optou pelo desenvolvimento dessa pesquisa. Espera-se que a publicação de seus resultados possa contribuir para a sensibilização, não só do poder público municipal, mas da própria comunidade envolvida na pesquisa e de toda a

população em geral, para a necessidade de ações concretas no sentido de reativar o funcionamento do sistema de tratamento, como única maneira de minimizar os efeitos danosos causados pelo lançamento do esgoto in natura sobre o Rio Colônia e, conseqüentemente, sobre a bacia onde se encontra inserido.

Esta pesquisa se justifica também, pelo seu caráter educativo. A partir do momento que se chama a questão para a inatividade do sistema, se levanta também toda uma série de questionamentos a respeito da importância da preservação do meio ambiente e dos efeitos que o lançamento direto de esgotos no rio podem produzir, a esse meio ambiente e como isso se reflete na saúde e qualidade de vida de uma população.

Ainda considerando o aspecto educativo, busca-se, com esse trabalho, chamar a atenção para alguns aspectos da necessidade da educação ambiental como um caminho necessário para a construção da verdadeira cidadania, que só se consegue alcançar através de uma participação ativa da sociedade em todas as questões que envolvem o interesse coletivo e, dentre elas a questão ambiental.

Métodos

A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso e foi realizada na cidade de Itororó-Bahia durante o mês de janeiro de 2006

Para obtenção dos dados empíricos foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 45 (quarenta e cinco) formadores de opinião do município, que foram escolhidos de forma a contemplar a maioria dos segmentos da sociedade. Além disso, realizou-se entrevistas abertas e pesquisa documental que possibilitaram um contato mais estreito entre o pesquisador e o fenômeno pesquisado.

Foram utilizadas como instrumentos de investigação, entrevistas do tipo semi-estruturada, que foram realizadas a partir da construção de dois roteiros de perguntas básicas. O primeiro deles foi aplicado a trinta lideranças comunitárias (professores, comerciantes, fazendeiros, profissionais liberais, presidentes de sindicatos e associações, que exercem algum tipo de influência sobre a comunidade de Itororó), e o segundo foi aplicado a 15 representantes do poder público (funcionários e técnicos da prefeitura e do SAAE e vereadores); as entrevistas abertas foram realizadas com representantes do poder público, responsáveis pelo funcionamento do sistema, com o objetivo de conhecer sua estrutura construtiva e identificar os motivos da sua inatividade. Além disso, realizou-se também uma pesquisa documental. Essa pesquisa consistiu na análise de documentos existentes no município que de alguma forma estavam correlacionados com o objeto de estudo. Foi também realizada a observação direta, através de visitas ao curso do Rio Colônia e ao sistema de esgotamento sanitário de Itororó. Durante estas visitas foi realizado um levantamento fotográfico, que permitiu, não só ilustrar este trabalho, como também fornecer um conhecimento mais detalhado do objeto estudado.

Resultados e Discussões

Entrevistas Semi-Estruturadas com lideranças comunitárias

Os dados obtidos a partir das entrevistas realizadas apontam que 100% dos formadores de opinião do município têm conhecimento da existência de um sistema de esgotamento sanitário em Itororó-BA, destes 80% acreditam que a Prefeitura Municipal não dá importância a tão grave problema, deixando a comunidade exposta a vários problemas de saúde como verminose, infestação de mosquitos, mau cheiro.



Figura 1 - Sistema de Esgotamento de Itororó

Fonte: SAAE, 2000.

90% dos entrevistados, quando questionados sobre o funcionamento do sistema, responderam que tem conhecimento do não funcionamento do mesmo. Sendo que, dentre eles, 92% sabem dos prejuízos causados pelo não funcionamento do sistema para o Rio Colônia e conseqüentemente para a população. Eles afirmam que apesar dos investimentos que foram feitos em Itororó pelo Governo do Estado da Bahia, o esgoto da cidade continua sendo despejado no rio sem nenhum tratamento, ocasionando a morte em potencial do mesmo.

Esses dados confirmam que a população tem conhecimento do problema, entretanto até o presente momento não se observa nenhum tipo de pressão da sociedade organizada no sentido da busca de sua solução,

As declarações deixam claro que todos têm, ao menos no discurso, consciência da importância do saneamento básico. Quando afirmam que a prefeitura não tem dispensado nenhuma importância ao assunto, contudo, de certa forma, estas lideranças se redimem de suas responsabilidades de, como cidadãos cobrarem do poder público não só a implantação de uma rede de coleta de esgotos, mas também um adequado sistema de tratamento e disposição final.

Esta situação, entretanto, não diz respeito apenas à cidade de Itororó. Ela reflete o quadro do cenário nacional onde, “90% dos esgotos produzidos no Brasil são despejados in natura nos solos, rios e córregos, constituindo-se na

maior fonte de degradação do meio ambiente e de proliferação de doenças infecciosas e parasitárias⁵, com pouquíssimo ou nenhum posicionamento da sociedade civil a respeito do assunto.

Quanto à responsabilidade pelo funcionamento, 40% dos entrevistados acreditam ser do poder público municipal, 21% o SAAE, 19% o poder público e o SAAE, e 20% parceria entre município e estado.

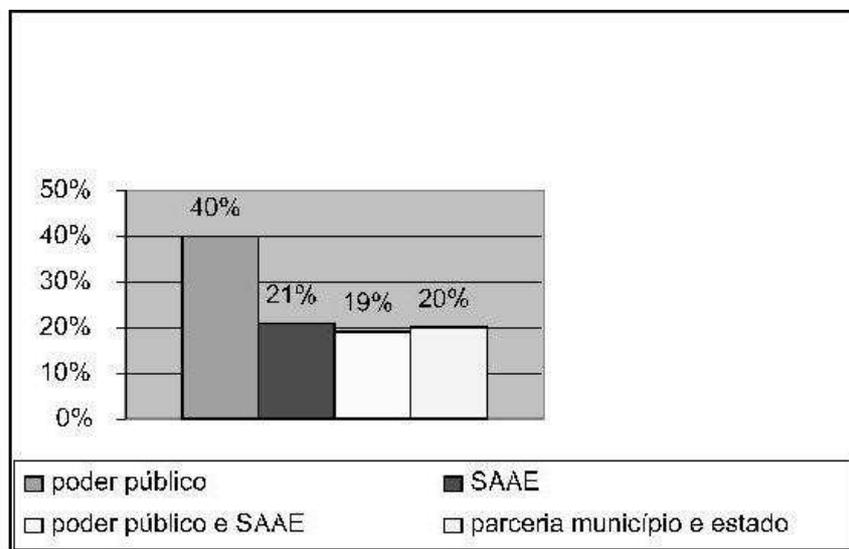


Figura 2 - Responsabilidade do funcionamento do sistema de esgotamento sanitário de Itororó.

A legislação federal diz que a titularidade privativa é do Município quando se trata de exercício dos serviços de interesse predominantemente local, cabendo a ele organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, serviços públicos de interesse local, dentre estes os afetos no saneamento.

Por outro lado, a Lei Orgânica do Município de Itororó, em seu Capítulo IV que trata do meio ambiente, artigo 162, afirma que compete ao Município “proteger e fiscalizar o meio ambiente, inclusive o de trabalho, a combater a poluição em qualquer de suas formas, e em cooperação com a União e o Estado”.⁶ Além disso, em seu Capítulo X, que trata da política de saneamento, no artigo 172, § 2.º afirma que: *os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário serão executados prioritariamente pela administração descentralizada, através de autarquias ou entidades para estatais, submetidas à aprovação e fiscalização do Poder Legislativo*⁶.

No artigo 173, ainda do Capítulo X, da Mesma Lei Orgânica do Município de Itororó encontramos a seguinte redação: *O Planejamento, o controle e a avaliação das ações de saneamento contarão com a participação dos usuários dos serviços, domiciliares, dos comerciais e dos industriais, de representantes dos trabalhadores, do Poder legislativo e do Sistema Único de Saúde, a nível municipal*⁶.

Ao observar a legislação acima exposta pode-se constatar que, de fato, compete ao executivo municipal o papel de prestar diretamente o serviço ou organizar sua prestação através de concessão ou permissão, este fato, entretanto, não exime da responsabilidade de fiscalização, do poder legislativo

e mesmo da tarefa de participar do planejamento, controlar e avaliar as ações de saneamento, que compete a toda a comunidade.

Desta forma, quando 100% dos entrevistados atribuem a responsabilidade de não funcionamento do sistema apenas ao poder público, a nível municipal ou estadual e à concessionária, fica claro que desconhece a responsabilidade fiscalizadora do poder Legislativo e a própria co-responsabilidade de toda a comunidade que deveria estar cobrando seus deveres e direitos legais de participar desse processo.

Questionados sobre a possibilidade de envolvimento da comunidade, os formadores de opinião, demonstram interesse em ajudar a resolver os problemas, pois 86 % acreditam na mobilização, muitos destes salientam que a sociedade organizada pode conseguir, através de movimentos contínuos, cobrar providências do poder público. Apenas 14% desses formadores de opinião não acha ser possível esta mobilização. Eles não se consideram um elo de ligação entre comunidade e poder público.

Por outro lado, mesmo entre os que acreditam na mobilização, até a presente data, nenhuma postura foi tomada, nenhum documento foi encaminhado à administração municipal que demonstrasse esse poder de mobilização. Na verdade, o que se observa nos resultados da pesquisa é que se trata de uma questão importante, desde que alguém tome a iniciativa.

Ainda que os formadores de opinião afirmem que consideram importante o funcionamento do sistema, o que ficou evidente, quando cruzados os resultados das entrevistas com as práticas que têm sido desenvolvidas por essas lideranças, é que não existe de fato um posicionamento claro que defina ser este um investimento prioritário a ser reivindicado junto à administração municipal.

Entrevistas semi-estruturadas com representantes do poder público municipal

Os resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas com vice-prefeito, funcionários e técnicos da prefeitura e do SAAE e vereadores, indicam que 42% dos entrevistados acreditam que o Poder Público está preocupado com a inatividade do sistema de esgotamento sanitário de Itororó e, conseqüentemente com os prejuízos causados pela poluição do rio Colônia, porém, eles acreditam que foi realizada uma obra cara, errada, eleitoreira e inviável para o Poder Público arcar sozinho com os custos de manutenção, sendo necessário que se cobre da população uma taxa de esgoto nas contas de água, e que seja entregue ao SAAE a manutenção e o funcionamento do sistema. Entre os entrevistados, apenas 10%, sugerem um diálogo com os demais segmentos sociais, pois segundo eles, a participação de todos é essencial quando se trata de ações comunitárias, 48% acreditam ser um grande descaso do Poder Público, que não busca parceria para sanar este problema que afeta todo o município.

Mais uma vez se evidencia que os entrevistados (desta vez os próprios representantes do poder público) se eximem de qualquer responsabilidade a respeito da inatividade sistema. Se por um lado os representantes do legislativo, esquecendo-se do seu dever de exercer o papel fiscalizador,

atribuem exclusivamente ao chefe do executivo essa responsabilidade, por outro, os representantes do executivo transferem a responsabilidade à má qualidade do serviço executado pelo governo do Estado.

Análise Documental

Ficou comprovado através da análise documental que não existe no município documentos relevantes que tenham norteado a construção e os objetivos do sistema de esgotamento sanitário de Itororó-Bahia. Não foi encontrado nenhum projeto, apenas algumas planilhas de custos e jornais da época, noticiando o fato, relatando que foram gastos 1 milhão de dólares na obra. O Jornal A Tarde Municípios, datado de 05 de maio de 1989, diz que “a obra vai melhorar a qualidade de vida da população de Itororó e das demais regiões por onde o rio passa, pois a poluição será reduzida”.

Por outro lado, vale ressaltar que o município dispõe de alguns instrumentos jurídicos do planejamento e da gestão urbana a exemplo da Lei Orgânica do Município, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei do Orçamento Anual, Lei do Plano Diretor e do Perímetro Urbano, não dispendo, entretanto de nenhuma legislação que regulamente o uso e a ocupação do solo urbano⁷.

Entretanto a análise das respostas às entrevistas, revela o total desconhecimento da lei, tanto por parte dos líderes comunitários, como dos próprios representantes do poder público municipal.

É importante lembrar que as preocupações com o meio ambiente sempre foram instáveis, variadas e ambíguas. Elas raramente alcançarão a intensidade necessária para a cobrança de uma mudança radical das políticas enquanto os cidadãos não agirem de forma organizada e melhor qualificada para o exercício da cidadania ambiental.

Visitas e Observações

Apesar da otimista previsão do Jornal “A Tarde” citado acima, observou-se nas visitas feitas ao sistema uma grande obra abandonada em estado de deteriorização e o rio sendo poluído por resíduos líquidos e sólidos, lançados pela população. Isso implica na proliferação de vetores de doenças e coloca em risco a saúde dos moradores, pois a comunidade continua fazendo uso de suas águas.

Há oito anos atrás a situação de abandono do rio ainda conseguia ser mais grave, hoje o SAAE de Itororó limpa as margens e o leito do rio e fiscaliza para que a população não faça desses espaços o seu depósito de lixo, porém o esgoto continua sendo lançado no rio sem nenhum tratamento e a qualquer descuido da fiscalização, alguma quantidade de lixo sempre aparece por ali.

Vale ressaltar também que o sistema de tratamento de esgoto implantado encontra-se em avançado estado de deteriorização e que, caso não sejam tomadas providências com uma certa dose de urgência, corre-se o risco de tornar inviável a sua reativação.

Apesar de 91% dos formadores de opinião afirmarem que tem consciência dos prejuízos causados pelo não funcionamento do sistema de esgotamento sanitário de Itororó, as observações salientam a necessidade de

uma ampla mobilização política e um maior envolvimento da população e das organizações da sociedade civil na busca de uma solução para o problema que afeta a todos os cidadãos.

Considerações finais

Levando em consideração a existência de um sistema de esgotamento sanitário inativo em Itororó-Ba, no decorrer da pesquisa, observou-se, através das entrevistas realizadas com os formadores de opinião do município, que estas pessoas afirmam ser importante a reativação do mesmo. Entretanto não se percebe, por parte delas nenhuma ação que possa conduzir a este resultado.

Dessa forma, pode-se constatar que esses formadores de opinião, que deveriam se portar como verdadeiros atores sociais assumem, antes disso, o papel de meros espectadores.

Por sua vez o Poder Público Municipal, apesar de demonstrar interesse em resolver o problema, não se mostra aberto a debater com a comunidade a inatividade de um sistema de esgotamento sanitário que custou aos cofres públicos um milhão de reais e que atualmente vem provocando a destruição do mais importante recurso hídrico da região, o Rio Colônia.

Observa-se uma falta de informação da comunidade local sobre a importância dos recursos naturais para o futuro da região. A execução de programas de educação ambiental que potencialize o compromisso de difundir conhecimentos e informações técnicas poderá contribuir para ampliar e qualificar a participação social na gestão dos recursos naturais, bem como o controle social sobre os serviços de saneamento, melhorando a qualidade do ambiente e de vida da população.

A construção de um sistema de esgotamento sanitário eficiente numa cidade de pequeno, médio ou grande porte deve ser bem planejada, para que possa cumprir sua função de reduzir a poluição dos recursos hídricos e conseqüentemente gerar uma melhor qualidade de vida para a população. Nesta pesquisa foram diagnosticados alguns problemas que dificultam essa ação: a inexistência de uma ONG que possa incentivar a comunidade na busca de soluções para os problemas ambientais existentes no município; a falta de um projeto sério de educação ambiental, que conscientize a população e desperte o interesse em resolver os problemas ambientais existentes no município; a falta de uma maior articulação entre órgãos governamentais e sociedade civil; o não estabelecimento de políticas públicas comprometidas com as novas posturas éticas da sustentabilidade dos recursos naturais; a falta de inclusão das questões ambientais na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal da Cidade; a inexistência de um conselho municipal de meio ambiente com a participação da sociedade civil.

Deve-se reconhecer, entretanto que estes problemas não são peculiares à cidade de Itororó, eles fazem parte da realidade brasileira na maior parte de seus municípios.

Agradecimentos

No caminho percorrido, várias foram as contribuições de pessoas e instituições. A todos os meus sinceros reconhecimento.

À professora MSc. Nelma Gusmão de Oliveira, orientadora deste trabalho, o meu respeito pela clareza nas críticas e sugestões.

Referências Bibliográficas

1. Constituição da República Federativa do Brasil, Constituição 1988. Org. Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva; 1990.
2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades@. [citado 2006 Mai 22]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.
3. Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Itororó-Bahia.
4. Leff H. Tecnologia, vida e saúde. In: Leff H. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.
5. Jordão EP, Pessoa CA. Tratamento de Esgotos Domésticos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES; 2001.
6. Lei Orgânica do município de Itororó, cap., IV, X, art. 172-176; 1998.
7. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Informações Básicas Municipais 2004. [citado 2006 Mai 22]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/munic2004/index.htm>.

Endereço para correspondência

Praça Cel. João Borges, 60 - Centro
Itororó - Bahia - Brasil
CEP: 45710-000.

Recebido em 20/03/2007

Revisado em 06/06/2007

Aprovado em 08/10/2007